

Culturas e história dos povos indígenas

2



Willian Douglas Guimarães
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Culturas e história dos povos indígenas

2



Willian Douglas Guimarães
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Culturas e história dos povos indígenas 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Revisão: Os autores
Organizador: Willian Douglas Guilherme

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C968 Culturas e história dos povos indígenas 2 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-335-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.351212307>

1. Cultura indígena. 2. Povos indígenas. I. Guilherme, Willian Douglas (Organizador). II. Título.

CDD 306.089

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O e-book “Culturas e História dos Povos Indígenas 2” traz um conjunto de pesquisas que alinham educação e interculturalidade indígena, além de um artigo sobre a Aldeia Budista *Sukavati* e outro sobre o povo *maya* da cidade de Mérida, no México.

O primeiro, escrito a seis mãos, Vieira, Araújo e Almeida destacam a importância de uma educação intercultural como “via de ação política”, denunciando a exclusão de várias etnias indígenas dos livros didáticos, defendendo uma revisão da historiografia frente a essa negligência, pensando a educação como mediadora das mudanças sociais.

O segundo artigo, escrito por Santana, demonstra seu estudo sobre a cultura e história dos povos indígenas do Estado de Rondônia que são trabalhados por meio da literatura de cordéis amazônicos, com destaque ao poema “Índios de Rondônia”.

O terceiro artigo, de Guerra e Pereira, também denunciam o ocultamento da história indígena, desta vez, no Estado do Rio Grande do Norte. O estudo apresenta o resultado de estudos sobre os índios deste estado, o que resultou no seminário *Jeporuvô Arandú*, que intitula o artigo. Bem defendida, a interculturalidade é uma necessidade que deve ser melhor trabalhada dentro do espaço escolar do estado.

Corrêa, Abreu e Costa Lima trazem um estudo bibliográfico que compreende os anos de 1988 a 2021 onde pesquisaram a característica das políticas educacionais relativas a implementação da educação escolar indígena a partir da criação dos Territórios Etnoeducacionais. Segundo os autores, a pesquisa concluiu que sem o apoio efetivo do Estado se torna difícil a implantação concreta das políticas de educação indígena no Brasil.

O quinto artigo, relata a experiência da implantação das Aldeias Rurais Budistas no município de Quatro Barras, no Estado do Paraná. A comunidade Budista é a *Sukavati* e o estudo destaca os impactos positivos da presença desta comunidade em seu entorno, influenciando um maior contato das pessoas com a natureza.

Fechando o e-book, o antropólogo Ferreira, relata sua experiência de vivência no México entre os anos de 2018 e 2019, onde entrevistou os *mayas* da cidade de Mérida na intenção de identificar as mudanças do espaço ocupado por esta população. É um estudo reflexivo e que merece atenção do leitor que busca compreender fenômenos de segregação social.

Convido a navegarem pelos textos e desfrutarem do prazer desta leitura.

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

A (RE)DENÇÃO DA HISTORIOGRAFIA E A PRÁTICA ESCOLAR: TROCAS ENTRE SABERES, MOBILIZAÇÕES E DIREITOS ÉTNICOS

Alexandre Gomes Teixeira Vieira

Mikaela Moreno Vasconcelos Araujo


Tatiane Lima de Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3512123071>

CAPÍTULO 2..... 16

CULTURA E HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA: ENSINO E APRENDIZAGEM NA LITERATURA DE CORDEL

Francisco Marquelino Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3512123072>


CAPÍTULO 3..... 28

OS TERRITÓRIOS ETNOEDUCACIONAIS COMO OBJETO DE ESTUDO EM PESQUISAS ACADÊMICAS REALIZADAS NO BRASIL

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

Joniel Vieira de Abreu

Marcelo Machado Costa Lima


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3512123073>

CAPÍTULO 4..... 49

JEPURUVÔ ARANDÚ – “UTILIZANDO SABEDORIA”: UMA EXPERIÊNCIA COM EDUCADORES E GESTORES EM TORNO DA TEMÁTICA INDÍGENA NAS ESCOLAS DO RIO GRANDE DO NORTE, DE ACORDO COM A LEI 11.645/2008

Jussara Galhardo Aguirres Guerra

Maria Gorete Nunes Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3512123074>

CAPÍTULO 5..... 60

IMPLANTAÇÃO DE ALDEIAS RURAIS BUDISTAS: ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE ESTUDOS BUDISTAS BODISATVA SUKAVATI NO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS

Simone Ciunek Corrêa


Luciane Silva Franco

Juliana Marques Santos Oliveira

Paulo Cesar Marcondes

Cristiana Magni

Reinaldo Knorek

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3512123075>

CAPÍTULO 6..... 72

PARA QUE OUTRA ETNOGRAFIA SOBRE MAYAS EM UMA CIDADE MEXICANA?

Marcos Henrique Barbosa Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3512123076>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	81
ÍNDICE REMISSIVO.....	82

JEPURUVÔ ARANDÚ – “UTILIZANDO SABEDORIA”: UMA EXPERIÊNCIA COM EDUCADORES E GESTORES EM TORNO DA TEMÁTICA INDÍGENA NAS ESCOLAS DO RIO GRANDE DO NORTE, DE ACORDO COM A LEI 11.645/2008

Data de aceite: 23/07/2021

Jussara Galhardo Aguirres Guerra

Antropóloga-UFPE/UFRN; escritora; membro efetivo da ABA com experiências em estudos acadêmicos, estudos de extensão universitária e exposições voltadas para a etnografia indígena no Museu Câmara Cascudo-UFRN; coordenadora do Grupo *Paraupaba* de Estudos da Questão indígena no RN
<http://lattes.cnpq.br/5172547388602880>

Maria Gorete Nunes Pereira

Antropóloga-UFRN; educadora - SEEC/RN com experiências em estudos acadêmicos e estudos de extensão universitária; membra do Grupo *Paraupaba* de Estudos da Questão indígena no RN; professora formadora do Programa Saberes Indígenas na Escola (IFRN – Campus Canguaretama/RN). Coordenadora Pedagógica da Escola Alfredo Lima
<http://lattes.cnpq.br/5296661819372612>

RESUMO: A partir do ano de 2000, no Rio Grande do Norte, surgiram estudos acadêmicos em busca de respostas sobre a problemática indígena no estado. Tais pesquisas e trabalhos resultaram, mais tarde, no ano de 2014, em um projeto, dentre tantos outros, desenvolvido por uma equipe de representantes indígenas, educadores e antropólogos, que consistiu nos seminários intitulados *Jeporuvô Arandú*, ocorridos nos municípios de Açu, Canguaretama, Goianinha, João Câmara, Baía Formosa e Macaíba. Essa iniciativa foi aprovada pelo Prêmio

Culturas Indígenas-2013, ed. Raoni Metuktire, e teve como principal meta desenvolver reflexões acerca da educação em uma perspectiva intercultural, indo além do conhecimento e dos discursos autorizados de uma historiografia de ocultamento indígena no estado.

PALAVRAS-CHAVE: Seminários *Jepuruvô Arandú*. Indígenas no RN. Educação e diversidade. Etnicidade.

ABSTRACT: From the year 2000 and on, academic studies on indigenous people have come forth in Rio Grande do Norte-Brazil. These studies aimed to seek for answers regarding the issues that involve indigenous people in that state. In 2014 there was also another landmark, a project by a team of indigenous representatives, educators and anthropologists that aimed to propose research seminars such as the one entitled “*Jeporuvô Arandú*” held in the municipalities of Açu, Canguaretama, Goianinha, João Câmara, Baía Formosa and Macaíba in the state of Rio Grande do Norte. This initiative was approved and recognized by the Indigenous Culture Prize of the year 2013 in the *Raoni Metuktire* session and had as main goal as to make reflections on intercultural education perspective, going beyond common knowledge and authoritative discourses present in a historiography set on the denial and hiding of the natives in the state.

KEYWORDS: Seminars *Jepuruvô Arandú*. Indigenous people in Rio Grande do Norte-Brazil. Education and diversity. Ethnicity.

1 | INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, o movimento indígena passou a reforçar suas lutas ao lado de instituições, sobretudo as não governamentais, bem como a receber apoio de aliados do campo indigenista, preocupados com os problemas graves que atingiam esses povos e em como resolver conjuntamente essas questões. Esses direcionamentos e rumos tinham como contexto a redemocratização do Brasil após o período do regime militar, que perdurou de 1964 a 1985, portanto, por 21 anos.

Após o período das “diretas já”, no ano de 1984, surgiu um movimento político em defesa da democracia que teve grande participação popular, o qual culminou, em 1988, na elaboração e na promulgação do novo texto proposto na Carta Magna. Nesse momento, criou-se o Capítulo 8 – “Dos Índios” –, um grande avanço político. Vale lembrar que por séculos os indígenas foram injustiçados e violados em seus direitos originários, mas agora teriam a oportunidade de exigir o acesso a leis e a seus direitos como povos originários.

Embora grande parte do que se pleiteou e foi abarcado no novo texto constitucional não tenha sido respeitado e muito menos cumprido ao longo de décadas, ao menos se reconheceu, a partir de então, a importância de se preservar as culturas tradicionais e de ser-lhes garantida sua integridade no Brasil. O direito a culturas diversificadas, línguas maternas, territórios, educação bilíngue e diferenciada, integridade física e social, entre tantos outros aspectos importantes, foi inserido na nova configuração da Carta Magna.

Em meio às questões pautadas, foram feitas exigências de mudanças e ações voltadas para a educação diferenciada. Tal investida ressonou na LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), do ano de 1996, resultando na afixação de medidas que valorizariam as culturas, pautando o ensino a partir das necessidades peculiares de cada povo e de suas especificidades étnicas e culturais. Um exemplo disso foi a Lei 10.639/2003, ampliada posteriormente – por força das mobilizações indígenas, indigenistas e de movimentos sociais engajados na causa – para a Lei 11.645/2008, que incluiu em seu texto a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura indígenas e afro-brasileiras no currículo oficial de ensino fundamental e médio da educação básica.

Sendo assim, a inclusão da diversidade etnocultural, além de trazer o conhecimento sobre as riquezas culturais que compõem nosso país, evidencia os processos históricos e políticos que envolvem povos considerados atores secundários por meio de conteúdos hegemônicos e eurocentristas difundidos nos antigos livros de história. Como resultado, a Lei 11.645/2008 acrescentou a temática indígena no art. 26-A, no capítulo II da educação básica, Seção I, das disposições gerais, determinando

Art.1º. O art. 26-A da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Par.1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinente à história do Brasil.

Diante disso, percebe-se o quanto se faz importante a ampliação desse debate sobre a sociodiversidade cultural e étnica nos países, assim como o estímulo ao respeito às diferenças, sobretudo no ambiente escolar. Por incontáveis décadas e ainda atualmente, há uma difusão de informações veiculadas com fortes cargas estereotípicas e de conteúdos racistas, marcando um desconhecimento sobre a realidade dos povos indígenas em sua trajetória histórica, bem como em sua contemporaneidade no país.

Em vista do que já foi abordado até então, faz-se relevante, neste momento, traçar uma breve retrospectiva que exponha a criação do Grupo *Paraupaba* de Estudos da questão indígena, o qual visa trabalhar e desenvolver estudos e ações relacionados às famílias indígenas no Rio Grande do Norte. Seus objetivos, entre outros, são promover uma reflexão sobre a questão indígena, estimular estudos localizados, realizar eventos culturais e estar ao lado das ações afirmativas e outros processos ligados a essa questão, difundindo seus trabalhos para o conhecimento do público acadêmico e para a sociedade em geral.

No período entre 2005 e 2016, foram concretizados trabalhos, a exemplo de seminários, encontros, reuniões, audiências públicas, exposições em museus, trabalhos de campo, projetos de extensão universitária e trabalhos acadêmicos em programas de mestrado e em especializações¹. Todos esses esforços foram de grande relevância para o conhecimento dessa realidade até pouco tempo desconhecida e silenciada nos discursos hegemônicos, sobretudo nos livros de história. Portanto, a cultura indígena passou a ser um assunto de debate e de interesse do poder público, bem como da comunidade acadêmica, alavancado pelo próprio movimento indígena, que se organizou em consonância com a APOINME e com o apoio de organizações governamentais, não governamentais e membros da sociedade civil organizada.

A partir disso, foi idealizado um projeto em conjunto com o Grupo *Paraupaba* e a Associação Comunitária e indígena do Amarelão – João Câmara –, que foi enviado ao MEC por meio de edital do Prêmio Culturas Indígenas, versão Raoni Metuktire. A iniciativa foi aprovada, sendo programados os seminários municipais, que tiveram como objetivo valorizar e divulgar a realidade étnico-cultural e indígena nas escolas das secretarias

1 Trabalhos acadêmicos, exposições etnográficas, reuniões do GP, reuniões com o poder público do estado, reuniões nas comunidades, trabalhos de campo, artigos publicados etc. Foram concluídas duas dissertações de mestrado relacionadas a grupos familiares indígenas no RN, a saber: Guerra (2007) e Nunes (2015), simultaneamente sobre os Potiguara Mendonça do Amarelão – em João Câmara-RN – e sobre os Potiguara da praia de Sagi – Baía Formosa-RN (V.referências).

municipais no estado do Rio Grande do Norte², conforme a Lei 11.645/2008. A iniciativa aprovada tinha como título: “*Jepuruvô Arandú* – “utilizando sabedoria”: despertando o índio nas escolas do Rio Grande do Norte”.

21 JEPURUVÔ ARANDÚ: SEU SENTIDO E SUAS ESTRATÉGIAS

Efetivou-se uma ampla divulgação de informações em meio a professores e alunos, além de gestores das secretarias municipais, no intuito de oferecer subsídios para a conscientização e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para o combate ao preconceito, à desinformação, ao desconhecimento e aos estereótipos criados pela ideologia de dominação a respeito dos povos indígenas.

Nos encontros, foram desenvolvidas atividades com o objetivo de se fazer uma reflexão pedagógica acerca da prática de ensino em sala de aula, levando-se em conta o respeito às diferenças étnicas e à realidade diferenciada dos grupos indígenas. Foram postos em prática exercícios de promoção a mudanças nos padrões de educação e de pedagogia adotados em salas de aula, sobretudo no que se relaciona ao conhecimento adquirido sob a ótica de uma carga estereotípica e discriminatória, cujo material didático reproduz e sedimenta o preconceito e a discriminação.

Acreditamos que gestores, professores e alunos devem estar a par das pesquisas, dos estudos, assim como dos trabalhos mais recentes e atualizados sobre o assunto, em vez de permanecerem enclausurados em textos ultrapassados e elitistas, defendidos por autores do início do século passado, quando os conteúdos estavam sob o domínio de ideias positivistas e eugenistas, a exemplo da integração dos povos diferenciados à sociedade nacional. Infelizmente, diante do panorama atual do novo governo, assistimos estupefatos e indignados a atitudes de desrespeito à Constituição, que se tornam corriqueiras, ao mesmo tempo que velhas ideias que haviam sido superadas há décadas retornam agora com muita força, a exemplo do revisionismo de terras indígenas, entre outros retrocessos na política indigenista.

Por fim, o objetivo dos seminários foi propor aos educadores envolvidos o conhecimento e o respeito quanto à história indígena do Rio Grande do Norte, sua existência e permanência em território potiguar, suas formas próprias de organização social, costumes, tradições, práticas e rituais, festas, organização econômica e religiosa, enfim, todos esses aspectos em harmonia com o ensino pedagógico curricular aplicado nas escolas dos municípios e nas comunidades.

2 Municípios: Canguaretama, Goianinha, Baía Formosa, João Câmara, Macaíba e Açu.



Fotografia 1: Material didático-pedagógico oferecido aos professores e gestores.

Fonte: Jussara Galhardo, 2014.



Fotografia 2: Grupos de discussão.

Fonte: Jussara Galhardo, 2014.

A metodologia aplicada consiste no uso de material didático-pedagógico voltado para a realidade contemporânea – livros, cartilhas, cordéis, pesquisas acadêmicas e livros publicados³ –, além do conhecimento da própria história oral dos atores sociais e da valorização da memória e da história no Rio Grande do Norte a partir da perspectiva do “outro”. Portanto, acreditamos que a educação nas escolas deve atingir um universo mais amplo, extrapolando as celebrações reificantes que folclorizam as potencialidades e dinâmicas socioculturais, seus valores simbólicos, as vivências e as experiências que dão a tônica de suas cosmovisões, práticas sociais e de sua contemporaneidade.

Os seminários ocorreram nos municípios onde há grupos indígenas em processo de autorreconhecimento étnico⁴, com o objetivo de unir esforços para a informação, o

3 Livros e dissertações (ver referências).

4 Nomes dos grupos: Eleoterio – Catu-Goianinha e Canguaretama; Mendonça – João Câmara; Tapuia-Tapará – Macaíba; Caboclos do Açú – Açú; Potiguara – Sagi-Baía Formosa.

debate e as reflexões sobre essa nova abordagem didático-pedagógica nas escolas do estado. A expectativa desses seminários consiste em provocar e ampliar o debate acerca do indígena a partir de reflexões voltadas para a conscientização e o desenvolvimento de práticas pedagógicas e de ações voltadas contra o preconceito e estereótipos criados pela ideologia de dominação, por sua vez, autorizados e difundidos pela historiografia oficial, principalmente até final do século passado.



Fotografia 3: Indígenas do Amarelão – João Câmara/RN.

Fonte: Lenilton Lima, 2014.



Fotografia 4: Indígenas de Tapará – Macaíba/RN.

Fotografias: Lenilton Lima, 2014.

3 | METODOLOGIA DOS SEMINÁRIOS

Os seminários foram desenvolvidos sob a ótica das seguintes dimensões ou temas geradores: o índio no imaginário; a temática indígena no livro didático; a história oficial *versus* a história oral; a realidade contemporânea dos grupos indígenas no estado *versus* a

historiografia oficial; o “desaparecimento étnico”; as legislações no arcabouço educacional do MEC-DF; direitos indígenas, além de oferecer uma vasta bibliografia específica para pesquisas. A coordenação pedagógica detalhou sobre as metodologias que podem ser adotadas, assim como as legislações que dão respaldo à Lei 11.645/2008 e à LDB, além de fortalecer um enfoque crítico, consciente e compartilhado com os educandos.



Fotografias 5 e 6: Apresentações do seminário.

Fonte: Lenilton Lima, 2014.

No momento inicial dos trabalhos do seminário, havia uma apresentação cultural ou até mesmo uma conversa dos indígenas com o público presente, ou seja, com professores e gestores municipais. Após essa etapa, compunha-se uma mesa de abertura formada por indígenas, representantes de sua comunidade do município-sede, equipe de coordenação, educadores e gestores locais.

Em um terceiro momento, após a mesa desfeita, as coordenadoras⁵ faziam as apresentações dos conteúdos sobre o ponto de vista crítico da história, abordavam sobre história oral, organização social dos grupos indígenas do estado, além de tratarem de trabalhos acadêmicos que poderiam ser aportes importantes para os educadores, sobretudo no que diz respeito à contemporaneidade dos grupos indígenas no RN. Seguiu-se, após essas apresentações, um debate construtivo com os educadores e os gestores.

Em um quarto e último momento, formavam-se grupos de discussão seguidos de uma plenária final para a apresentação das propostas elaboradas nos GDs. Esses grupos de discussão se articulavam e se organizavam em torno das modalidades de ensino: fundamental I, fundamental II e ensino médio. Nessa ocasião, eram elaboradas as propostas que iriam ser expostas mais adiante, quando alguns dos educadores eram nomeados como oradores de seus grupos e apresentavam seus respectivos projetos.

5 Gorete Nunes, Jussara Galhardo, Tayse Campos – indígena Potiguara.



Fotografia 7: Gorete Nunes em sua explanação.

Fonte: Lenilton Lima, 2014.



Fotografia 8: Professores e alunos.

Fonte: Lenilton Lima, 2014.



Fotografia 9: Jussara Galhardo.

Fonte: Lenilton Lima, 2014.

Após a apresentação de cada GD, havia a intervenção da coordenadora pedagógica⁶, que sugeria ponderações adicionais com relação às propostas trazidas pelos grupos, através de seus oradores, no intuito de oferecer um aporte de qualidade para os trabalhos que seriam aplicados posteriormente em sala de aula ou em trabalho de campo, conforme a natureza dos anteprojetos.

As propostas dos educadores contemplavam saberes formais e informais, aulas tradicionais e inovações de conteúdos, assim como a busca de aprendizados para além das limitações dos muros da escola. Tratava-se de uma pedagogia concretizada a céu aberto, levando os educandos e educadores a conhecerem as próprias comunidades, seu cotidiano, suas histórias e culturas próprias.

Em vista da evolução dos debates, das problematizações e dos anteprojetos indicados pelos educadores durante os seminários, podemos afirmar que os trabalhos foram muito produtivos. Portanto, a inclusão do debate sobre a diversidade étnico-cultural na rede de ensino tem postura relevante, considerando que a escola deve ser entendida como um lócus de formação de valores éticos, humanísticos, sociais e políticos, que prima pelo dever de contribuir e atuar contra os preconceitos, os estereótipos, as discriminações étnicas, sociais, religiosas, de gêneros e de culturas.

4 | CONCLUSÃO

Os seminários foram muito proveitosos e instigantes no tocante à temática proposta, considerando que inúmeras reflexões fluíram e ponderações relevantes foram delineadas a partir desses encontros, pautando assuntos que estavam silenciados e abafados pelos discursos autoritários, tanto no meio social como no próprio meio escolar e acadêmico.

Compreendemos a necessidade de difusão dos saberes distintos, sejam formais, sejam informais, assim como se mostra importante adquirirmos novas experiências, sobretudo extrapolando os muros, as edificações, e indo ao encontro do “outro”, desmistificando-o e, ao mesmo tempo, libertando o próprio pesquisador de ideias opressoras e alienantes. Desse modo, todos os atores envolvidos nesses processos de conscientização e de pensamento crítico somente têm a ganhar! Paulo Freire se refere à pedagogia da consciência como uma proposta antiautoritária, na qual professores e alunos ensinam e aprendem juntos, engajados num diálogo permanente (FREIRE, 2013).

Portanto, para que haja de fato transformações nesse sentido, é preciso insistir num olhar perspicaz sobre as versões da historiografia, enxergar com clareza seus limites e contextos desenvolvimentistas e colonialistas que as delimitam. Afinal, “[...] um país é uma sociedade que se repensa, se vê em sua multiplicidade, pluralidade e sociodiversidades [...]” (SILVA, 2013, p. 40).

É fundamental adotar novas metodologias com perspectivas e posicionamentos

⁶ Gorete Pereira Nunes – educadora e antropóloga, formadora de EEI pelo IFRN.

adequados para se trabalhar com a diversidade étnico-cultural, além de recuperar a história sob o ponto de vista do “outro”, respeitar sua memória, suas representações simbólicas e sociais, suas diferentes culturas.

Vale mencionar que esse exercício foi relevante para dar a iniciativa em favor do respeito às histórias plurais e do conhecimento da realidade histórica e contemporânea dos povos indígenas no estado. Os seminários tiveram um papel importante também ao romper com as invisibilidades desses grupos sociais, bem como trouxeram à tona suas especificidades históricas e culturais, rompendo com estereótipos e, ao mesmo tempo, combatendo preconceitos, ao dinamizarem o pensamento crítico e atento.

A educação revela-se primordial para o desenvolvimento de um país. No entanto, a atual postura autoritária do governo sustenta uma prática de desserviço à população por meio de ameaças à autonomia das instituições de educação, de contingenciamentos, de medidas persecutórias em ambientes de estudos, bem como intimida os educadores mediante ideologização da pedagogia e do ensino nas escolas e nas Instituições de Ensino Superior. A resultante disso é muito clara: retrocesso do país à condição de colônia, de subserviência. E isso não deve ser permitido pela sociedade!

Por fim, corroboramos o pensamento do Prof. Paulo Gadotti (2008, p. 94-95), quando afirma que se deve “educar para um outro mundo possível”, o qual não seja apenas produtivo, mas também ambientalmente saudável, social e economicamente justo, com equidade de gênero e de etnia. Aí está o desafio, pois grandes interesses econômicos deverão ser contrariados, os quais, cedo ou mais tarde, voltam-se contra nós, a exemplo do que está acontecendo dramaticamente no Brasil de hoje.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 maio 2019.

_____. **Lei n. 11.645 de 11 de março de 2008.** Estabelece as diretrizes e base da educação nacional para incluir no currículo oficial, o ensino da História das Culturas afro-brasileiras e indígenas. Publicado no DOU de 11/03/2008. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 25 maio 2019.

DA SILVA, Ana Cláudia Oliveira. A Implantação da Lei 11.645/2008 no Brasil: um histórico de mobilizações e conquistas. In: SILVA, E.; SILVA, M. P. (Org.). **A Temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008.** Recife: Editora da UFPE, 2013. p. 101-36.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido.** São Paulo: IPF, 2008. (Ed. Cidadã, n. 2).

GRUPIONI, Luis Donisete; SILVA, Aracy Lopes. **A temática indígena na escola**. São Paulo: Global, 2008.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Mendonça do Amarelão**: os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação de Antropologia, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

_____. **Identidade indígena no Rio Grande do Norte**: caminhos e descaminhos dos Mendonça do Amarelão. Fortaleza: IMEPH, 2011.

_____. **Mendonça do Amarelão**: origem, migrações, aspectos de sua cultura e identidade étnica. João Pessoa: IDEIA, 2017. (Coleção Literária *Matiapoa*, v. I).

PEREIRA, Maria Gorete Nunes. **Potiguara de Sagi**: da invisibilidade ao reconhecimento étnico. 2015. 212f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGAS-Dan, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha. **A temática indígena na sala de aula**: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. Recife: Editora da UFPE, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aldeias 11, 15, 26, 31, 33, 48, 60, 61, 62

Amazônia 10, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 79

B

Bílingue 28, 29, 31, 32, 33, 34, 42, 44, 46, 50

Brasil 1, 2, 3, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 26, 28, 29, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 51, 58, 60, 61, 70, 71, 78

Budismo 60, 61, 68, 71

C

Cidade 61, 63, 65, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Colonizadores 11, 72

Comunidade 6, 51, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71

Cultura 7, 9, 11, 12, 13, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 50, 51, 59, 71, 77

D

Direito à educação 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 46, 47

Direitos 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 24, 25, 26, 36, 39, 43, 46, 50, 55

Diversidade 7, 8, 9, 10, 15, 19, 33, 37, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 57, 58

E

Educação 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 58, 65, 66, 70, 71, 81

Etnicidade 49, 72

Etnografia 1, 3, 11, 49, 72, 78, 79

H

Habitação 60, 61, 75

História 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 41, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 72, 77, 79, 81

I

Indígenas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 73, 74, 77, 78

Indígenas no RN 49, 51, 55

Investimento 28, 29, 46, 47

L

Literatura de cordel 16, 17, 18, 19, 25

M

Mayas urbanos 72

Mobilização 1, 3

P

Pesquisas acadêmicas 28, 29, 30, 40, 53

População 5, 7, 20, 51, 58, 69, 72, 73, 74, 75, 77, 78

R

Reconhecimento 1, 2, 6, 8, 9, 10, 13, 59, 66, 67

S

Seminários Jepuruvô Arandú 49

T

Territórios etnoeducacionais 28, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48





V

Valores 9, 17, 25, 26, 32, 35, 53, 57, 60, 61, 66

Culturas e história dos povos indígenas

2



-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Culturas e história dos povos indígenas

2



-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br